

UN MODELO ECONOMICO DIFERENTE PARA O BOSQUE

A iniciativa apostava pola diversificación, o apoio ás especies autóctonas, o uso múltiple dos recursos e a elevación do nivel de renda rural.

JOAQUIM FERNÁNDEZ LEICEAGA

O Parlamento galego leva quase oito anos de existencia. Portanto, a capacidade de intervenção sobre o florestal que o actual ordenamento jurídico-político confire á cámara representativa dos galegos apenas si foi utilizada: unicamente no ano eleitoral de 1989 unha Lei de montes viciniais em maos comúns será submetida ao juízo dos seus deputados. Exagerando um tanto, diríamos que a transición democrática chega diminuída ao agro galego, sendo o seu motor em todo caso, a presión popular contida polo encoro a rebosar que era o tardofranquismo.

¿A quem interessa o caos e a continuidade?. Desde logo non aos que desejamos transformar em sentido progressista este país, coincidindo obxectivamente cos propietarios do monte, cos que desexan crear unha industria transformadora de produtos florestais sobre bases sanas e, pos supostos cos cidadáns -no su duplo sentido- que aproveitan os efectos externos de unha floresta em condicións. Velaí unha primeira razón para saudar com todos os honores á Iniciativa Popular, como instrumento revelador de unha ausencia flagrante, e expresom de unha conciencia ecológica, democrática e nacionalista.

Ademais, a Iniciativa Popular exprime o madurecemento de unha consideración holística do monte, combinando os aspectos meramente industriais cos educativos, de esparcemento e conservacionistas. Num momento histórico no que a mercantilización da miríada de relacións constitutivas de unha sociedade ameaza as bases materiais da nosa civilización, em escada universal, atacando aqueles elementos que non som redutíveis a simples mercadorias -a natureza e os homes- por serem irreproducíveis por mecanismos económicos e plurais na sua significación, a consideración global da natureza non por óbvia deve deixar de ser felicitada.

Aunam-se pois os criterios de civilización, soberania e democratización efectiva para explicar a valo-

ração positiva que fazemos da proposta.

¿Cuál é a situación actual do monte em Galiza?. Sintetizaremos em quatro puntos as nossas apreciacións:

- Infratilización produtiva e deficiente gestión de unha importante riqueza potencial. Para o ano 1986, o 62,36% da superficie total de Galiza tinha unha adicación florestal. A importancia da especilización pom-se de manifesto co cálculo seguinte: se bem a superficie geográfica galega representava o 5,84% da estatal, a florestal supunha o 11,84% -justo o duplo-, mentras que a labrada chegava só ao 2,77%. As cifras do conxunto da CEE aproximan-se, em porcentaxes, ás españolas, mais que ás galegas.

Porém, a aportación do subsector florestal á produción final agrária non supera o 6% no ano 1985, mentras que a agricultura aporta o 20% e a gadería ao redor do 70%. As Táboas input-output de Galiza, para o ano 1980, indican-nos que, em termos de renda generada, o sector florestal melhora comparativamente, por supor o 11% do total das derivadas da utilización do solo agrícola.

Estas cifras indican-nos que existe um gravissimo problema de mobilización produtiva da terra florestal -unha porcentaxe moi elevada de terreos incul-tos- e unha deficiente orientación e gestión dos terreos arborados: o resultado é que non podem competir em criação de ingreso monetário ou de emprego coas terras de uso agrícola ou gandeiro.

- Deterioro da capacidade produtiva futura, o que constitue um efeito paradoxal da infratilización presente; conhecemos já á perfeição como o avance do eucalipto e a persistência de áreas de matos configuran unha base perfeita para a geración e propagação dos incendios florestais, que tenhem barrido perto de 300 mil hectáreas na última década, sem que os esforços repovoadores conseguiran recuperar mais de 1/3 parte.

Assi, perderom-se 200 mil hectáreas de terras arvo-



radas em 10 anos, a um ritmo superior ao que põem em perigo a floresta virgem da Amazônia. A isto devem ser acrescentados os efeitos a mais longo prazo, relativos à erosão dos solos, à perda de qualidade agronómica, às consequências sobre o clima.

- Persistência da deposição das comunidades vizinhas, pese aos avanços legais produzidos - timidamente desde 1968 e com mais força na última década -, pela acção dos antigos consórcios do ICONA por novos convénios que não mudavam o submetimento dos únicos latifúndios existentes no nosso país à política florestal centrada no desenvolvimento do monocultivo de espécies de ciclo curto.

- Marginação das espécies nobres autóctonas, reduzidas a reservas incógnitas em parages de difícil acesso, pelo ataque secular do pinheiro, primeiro, e logo do eucalipto, sobre todo a partir de 1940.

Nem em termos ecológicos, nem económicos em sentido estrito, nem sociais, o modelo de desenvolvimento florestal pode ser considerado um êxito. A destruição do sistema agrário tradicional tinha autonomizado o monte a respeito da agricultura e gadoaria, processo típico no desenvolvimento do capitalismo, que tende a especializar os espaços, a verter em moldes locacionais o pulo dado à divisão do trabalho: a agricultura dependerá de forma crescente de meios de produção de origem industrial, a gadoaria extensiva precisará de amplas áreas especializadas como são as pradarias, a intensiva comprará à indústria os alimentos necessários. Ao mesmo tempo, a floresta fornecerá matérias-primas às empresas de primeira transformação da madeira, perdendo as suas funções complementares com as restantes actividades primárias.

Em Galiza ocorre que esta transformação é incompleta, serôdia e dependente. A persistência do regime foral tinha dificultado as mudanças no complexo agrário até as primeiras décadas do século XX; ainda hoje, o modelo de especialização antes esboçado não se tem imposto por completo, de xeito que o monte fica submetido a requerimentos contraditórios, derivados da continuidade de elementos do sistema anterior e da integração como base produtora de madeira no crescimento do capitalismo espanhol da pós-guerra.

Pelo tanto, a destruição do modelo agrário tradicional libera enormes quantidades de terreno susceptíveis de novas adições, entre elas a florestal; mas a

incapacidade dum capitalismo autóctono - Estado e iniciativa privada - de agromar, mobilizando-as produtivamente, e regulando e planificando o desenvolvimento florestal - com as limitações de todo capitalismo -, gela-as na produção de matos já disfuncionais ou abre passo a um repovoamento florestal compulsivo, protagonizado pelo aparato do estado franquista. Iste deve mudar as relações de propriedade e posse do monte para satisfazer os interesses coincidentes de produtores de pasta de papel e segmentos da classe política do franquismo. E verdade que já mais perto do momento actual o repovoamento produz-se também como resposta privada aos estímulos existentes, sustentando assim a extensão no nosso país de uma indústria transformadora da madeira importante, centrada nas primeiras fases do processo e fortemente exportadora.

E curioso constatar como nos 12 anos transcurridos desde a implantação da democracia, a política florestal tem-se mantido substancialmente nos mesmos termos. ¿Não existe outra alternativa ao produtivismo, baseado na plantação massiva de espécies de turno curto para produzir pasta de papel?. ¿Não existem possibilidades de interessar aos produtores directos, associados, na silvicultura?. ¿Carece de sentido a visão a longo prazo, que tenha conta dos múltiplos efeitos externos positivos do conservacionismo?.

Precisamente a grande vantagem da Iniciativa Popular é a sua pretensão de imaginar um modelo diferente e pôr as bases da sua realização, apostando pela diversificação nas espécies - princípio ecológico fundamental - e o apoio às espécies arbóreas autóctonas; pelo uso múltiplo dos recursos; pela melhoria da gestão silvícola e a formação e qualificação dos camponeses, de maneira que o manutenção do emprego rural e a elevação do nível de renda sejam mais asequíveis; pelo apoio a um sector transformador integrado num núcleo endógeno de industrialização.